A Santa Sé

EXORTAÇÃO APOSTÓLICA
REDEMPTORIS CUSTOS
DO SUMO PONTÍFICE
JOÃO PAULO II
SOBRE A FIGURA E A MISSÃO
DE SÃO JOSÉ
NA VIDA DE CRISTO E DA IGREJA

Aos Bispos,
aos Sacerdotes e Diáconos,
aos Religiosos e Religiosas e
a todos os fiéis da Igreja católica

INTRODUÇÃO

1. Chamado a proteger o Redentor, *«José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa»* (*Mt* 1, 24).

Inspirando-se no Evangelho, os Padres da Igreja, desde os primeiros séculos, puseram em relevo que São José, assim como cuidou com amor de Maria e se dedicou com empenho jubiloso à educação de Jesus Cristo, (1) assim também guarda e protege o seu Corpo místico, a Igreja, da qual a Virgem Santíssima é figura e modelo.

No centenário da publicação da Carta Encíclica *Quamquam pluries* do Papa Leão XIII (2) e na esteira da plurissecular veneração para com São José, desejo apresentar à vossa consideração, amados Irmãos e Irmãs, algumas reflexões sobre aquele a quem Deus «confiou a guarda dos seus tesouros mais preciosos». (3) É para mim uma alegria cumprir este dever pastoral, no intuito de que cresça em todos a devoção ao Patrono da Igreja universal e o amor ao Redentor, que ele serviu de maneira exemplar.

Desta forma, todo o povo cristão não só recorrerá a São José com maior fervor e invocará

confiadamente o seu patrocínio, mas também terá sempre diante dos olhos o seu modo humilde e amadurecido de servir e de «participar» na economia da salvação. (4) Tenho para mim, efectivamente, que o facto de se considerar novamente a participação do Esposo de Maria no mistério divino permitirá à Igreja, na sua caminhada para o futuro juntamente com toda a humanidade, reencontrar continuamente a própria identidade, no âmbito deste desígnio redentor, *que tem o seu fundamento no mistério da Incarnação.*

Foi precisamente neste mistério que José de Nazaré «participou» como nenhuma outra pessoa humana, à excepção de Maria, a Mãe do Verbo Incarnado. Ele participou em tal mistério simultaneamente com Maria, envolvido na realidade do mesmo evento salvífico, e foi depositário do mesmo amor, em virtude do qual o eterno Pai «nos predestinou a sermos adoptados como filhos, por intermédio de Jesus Cristo» (*Ef* 1, 5).

I

O CONTEXTO EVANGÉLICO

O matrimónio com Maria

2. «José, filho de David, *não temas receber contigo Maria*, tua esposa, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos seus pecados» (*Mt* 1, 20-21).Nestas palavras está contido o núcleo central da verdade bíblica sobre São José; é o momento da sua existência ao qual se referem em particular os Padres da Igreja.O evangelista São Mateus explica o significado deste momento, esboçando também a maneira como José o viveu. Todavia, para se compreender plenamente o seu conteúdo e o seu contexto, é importante ter presente a passagem paralela do *Evangelho de São Lucas*. Com efeito, a origem da gravidez de Maria, por «obra do Espírito Santo» - posta em relação com o versículo que diz «ora, o nascimento de Jesus Cristo foi assim: Estando Maria, sua Mãe, *desposada com José*, antes de habitarem juntos, *achou-se que tinha concebido* por virtude do Espírito Santo» (*Mt* 1, 18) encontra uma descrição mais ampla e mais explícita *naquilo que lemos em São Lucas sobre a anunciação do nascimento de Jesus*: «O anjo Gabriel foi enviado por Deus a uma cidade de Galileia, chamada Nazaré, a uma virgem desposada com um homem chamado José, da casa de David. E o nome da virgem era Maria » (*Lc* 1, 26-27). As palavras do anjo: «Salve, ó cheia de graça, o Senhor está contigo» (*Lc* 1, 28) provocaram em Maria uma perturbação íntima e simultaneamente estimularam-na a reflectir. Então, o mensageiro tranquilizou a Virgem e, ao mesmo tempo, revelou-lhe o desígnio especial de Deus a seu respeito: «*Não tenhas receio, Maria, pois achaste graça diante de Deus. Eis que conceberás e darás à luz um filho*, ao qual porás o nome de Jesus. Ele será grande e chamar-se-á Filho do Altíssimo. O Senhor Deus dar-lhe-á o trono de seu pai David» (*Lc* 1, 30-32).O Evangelista tinha afirmado, pouco antes, que, no momento da Anunciação, Maria estava desposada com um homem chamado José, da casa de David. A natureza destes *esponsais* é explicitada, indirectamente, quando Maria, depois de ter ouvido aquilo que o mensageiro dissera do nascimento do filho, pergunta: «Como se realizará isso, pois *eu não conheço homem*?» (*Lc* 1, 34). E então é-lhe dada esta resposta: «O Espírito Santo descerá sobre ti e a potência do Altíssimo estenderá sobre ti a sua sombra. Por isso mesmo, aquele que vai nascer será santo e há-de chamar-se Filho de Deus» (*Lc* 1, 35). Maria, embora fosse já «desposada» com José, permanecerá virgem, pois o menino, nela concebido desde o momento

da Anunciação, era concebido por obra do Espírito Santo.Neste ponto o texto de São Lucas coincide com o texto de São Mateus (1, 18) e serve-nos para explicar o que lemos neste último. Se, depois do desponsório com José, se verificou que Maria «tinha concebido por obra do Espírito Santo», este facto corresponde a todo o conteúdo da Anunciação e, em particular, às últimas palavras pronunciadas por Maria: «*Faça-se em mim segundo a tua palavra*» (*Lc* 1, 38). Correspondendo ao desígnio claro de Deus, Maria, com o passar dos dias e das semanas , manifesta-se, diante das pessoas que contactava e diante de José, como estando «grávida», como mulher que deve dar à luz e que traz em si o mistério da maternidade.3. Nestas circunstâncias, «José, seu esposo, sendo justo e não a querendo expor à infâmia, *resolveu desvincular-se dela secretamente*» (*Mt* 1, 19). Ele não sabia como comportar-se perante a «surpreendente» maternidade de Maria. Buscava, certamente, uma resposta para essa interrogação inquietante; mas procurava, sobretudo, uma maneira airosa de sair daquela situação difícil para ele. *Enquanto* andava «*a pensar nisto*, apareceu-lhe, em sonho, um anjo do Senhor, que lhe disse: "*José*, filho de David, *não temas receber contigo Maria, tua esposa*, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo. Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus, porque ele salvará o seu povo dos seus pecados"» (*Mt* 1, 20-21).Existe uma estreita analogia entre a «Anunciação» do texto de São Mateus e a do texto de São Lucas. *O mensageiro divino introduz José no mistério da maternidade de Maria*. Aquela que, segundo a lei, é a sua «esposa», permanecendo virgem, tornou-se mãe pela virtude do Espírito Santo. E quando o Filho que Maria traz no seio vier ao mundo há-de receber o nome de Jesus. Este nome era bem conhecido entre os Israelitas; e, por vezes, era por eles posto aos filhos. Neste caso, porém, *trata-se de um Filho que* - segundo a promessa divina - *realizará plenamente o que este nome significa*: Jesus - Yehosua, que quer dizer «*Deus salva*».O *mensageiro* dirige-se a José como «esposo de Maria»; dirige-se a quem, a seu tempo, deverá pôr tal nome ao Filho que vai nascer da Virgem de Nazaré, desposada com ele. *Dirige-se a José*, portanto, *confiando-lhe os encargos de um pai terreno em relação ao Filho de Maria*.«Despertando do sono, José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa» (*Mt* 1, 24). Ele *recebeu-a* com todo o mistério da sua maternidade ; recebeu-a com o Filho que havia de vir ao mundo, por obra do Espírito Santo: *demonstrou* deste modo *uma disponibilidade de vontade, semelhante à disponibilidade de Maria*, em ordem àquilo que Deus lhe pedia por meio do seu mensageiro.

II

O DEPOSITÁRIO DO MISTÉRIO DE DEUS

4. Quando Maria, pouco tempo depois da Anunciação, se dirigiu a casa de Zacarias para visitar Isabel sua parente, ouviu, precisamente quando a saudava, as palavras pronunciadas pela mesma Isabel, «cheia do Espírito Santo» (cf. *Lc* 1, 41). Para além das palavras que se relacionavam com a saudação do anjo na Anunciação, Isabel disse: «*Feliz daquela que acreditou que teriam cumprimento as coisas que lhe foram ditas da parte do Senhor*» (*Lc* 1, 45). Estas palavras constituíram o pensamento-guia da Encíclica *Redemptoris Mater*, com a qual tive a intenção de aprofundar o ensinamento do Concílio Vaticano II, quando afirma: «*A Bem-aventurada Virgem Maria avançou no caminho da fé* e conservou fielmente a união com seu Filho até à Cruz», (5) «indo adiante» (6) de todos aqueles que, pela via da fé, seguem Cristo.

Ora ao iniciar-se esta peregrinação, *a fé de Maria encontra-se com a fé de José*. Se Isabel disse da Mãe do Redentor: «Feliz daquela que acreditou», esta bem-aventurança pode, em certo sentido, ser referida também a José, porque, de modo análogo, ele respondeu afirmativamente à

Palavra de Deus, quando esta lhe foi transmitida naquele momento decisivo. A bem da verdade, José não respondeu ao «anúncio» do anjo como Maria; mas «*fez* como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu a sua esposa». *Isto que ele fez é puríssima «obediência da fé»* (cf. *Rom* 1, 5; 16, 26; 2 *Cor* 10, 5-6).

Pode dizer-se que *aquilo que José fez* o uniu, de uma maneira absolutamente especial, à fé de Maria: *ele aceitou* como verdade proveniente de Deus *o que ela já tinha aceitado* na Anunciação. O Concílio ensina: «A Deus que revela é devida a "obediência da fé" (...); pela fé, o homem entrega-se total e livremente a Deus, prestando-lhe "o obséquio pleno da inteligência e da vontade" e dando voluntário assentimento à sua revelação». (7) *A frase acabada de citar*, que diz respeito à própria essência da fé, *aplica-se perfeitamente a José de Nazaré*.

5. Ele tornou-se, portanto, *um depositário singular do mistério* «escondido desde todos os séculos em Deus» (cf. *Ef* 3, 9), como se tornara Maria, naquele momento decisivo que é chamado pelo Apóstolo «*plenitude dos tempos*», quando «Deus enviou o seu Filho, nascido de mulher... para resgatar os que se encontravam sob o jugo da lei e para que recebêssemos a adopção de filhos» (*Gál* 4, 4-5). «Aprouve a Deus — ensina o Concílio — na sua bondade e sabedoria, revelar-se a si mesmo e dar a conhecer o mistério da sua vontade (cf. *Ef* 1, 9), pelo qual os homens, através de Cristo, Verbo Incarnado, têm acesso ao Pai no Espírito Santo e se tornam participantes da natureza divina (cf. *Ef* 2, 18; 2 *Pdr* 1, 4)». (8)

Deste mistério divino, juntamente com Maria, José é o primeiro depositário. Simultaneamente com Maria - e também em relação com Maria - *ele participa nesta fase culminante da auto-revelação de Deus em Cristo*; e nela participa desde o primeiro momento. Tendo diante dos olhos os textos de ambos os Evangelistas, São Mateus e São Lucas, pode também dizer-se que José foi o primeiro a *participar na mesma fé da Mãe de Deus* e que, procedendo deste modo, ele dá apoio à sua esposa na fé na Anunciação divina. Ele é igualmente quem primeiro foi posto por Deus no caminho daquela «peregrinação da fé», na qual Maria, sobretudo na altura do Calvário e do Pentecostes, irá adiante, de maneira perfeita. (9)

6. A caminhada própria de José, *a sua peregrinação da fé terminaria antes;* ou seja, antes que Maria esteja de pé junto à Cruz no Gólgota e antes que Ela - tendo Cristo voltado para o seio do Pai se encontre no Cenáculo do Pentecostes, no dia da manifestação ao mundo da Igreja, nascida pelo poder do Espírito da verdade. E contudo, *a caminhada da fé de José seguiu a mesma direcção*, permaneceu totalmente determinada pelo mesmo mistério, de que ele, juntamente com Maria, se tinha tornado o primeiro depositário. A Incarnação e a Redenção constituem uma unidade orgânica e indissolúvel, na qual a «economia da Revelação se realiza por meio de acções e palavras, intimamente relacionadas entre si». (10) Precisamente por causa desta unidade, o Papa João XXIII, que tinha uma grande devoção para com São José, estabeleceu que no Cânone romano da Missa, memorial perpétuo da Redenção, fosse inserido o nome dele, ao lado do nome de Maria e antes do dos Apóstolos, dos Sumos Pontífices e dos

Mártires. (11)

O serviço da paternidade

7. Como se deduz dos textos evangélicos, o matrimónio com Maria é o fundamento jurídico da paternidade de José. Foi para garantir a protecção paterna a Jesus que Deus escolheu José como esposo de Maria. Por conseguinte, a paternidade de José — uma relação que o coloca o mais perto possível de Cristo, termo de toda e qualquer eleição e predestinação (cf. *Rom* 8, 28-29) — passa através do matrimónio com Maria, ou seja, através da família.Os Evangelistas, embora afirmem claramente que Jesus foi concebido por obra do Espírito Santo e que naquele matrimónio a virgindade foi preservada (cf. *Mt* 1, 18-25; *Lc* 1, 26-38), chamam a José esposo de Maria e a Maria esposa de José (cf. *Mt* 1, 16. 18-20; *Lc* 1, 27; 2, 5).E também para a Igreja, se por um lado é importante professar *a concepção virginal de Jesus*, por outro, não é menos importante defender *o matrimónio de Maria com José*, porque é deste matrimónio que depende, juridicamente, a paternidade de José. Daqui se compreende a razão por que as gerações são enumeradas segundo a genealogia de José: «E porque não o deviam ser - pergunta-se Santo Agostinho - através de José? Não era porventura José o marido de Maria? (...). A Escritura afirma, por meio da autoridade angélica, que ele era o marido. *Não temas*, diz, *receber contigo Maria, tua esposa, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo*. E é-lhe mandado que imponha o nome ao menino, se bem que não seja nascido do seu sémen. Aí se diz, ainda: *Ela dará à luz um filho, a quem porás o nome de Jesus*. A Escritura sabe que Jesus não nasceu do sémen de José; e porque ele mostra preocupação quanto à origem da gravidez dela (Maria), é dito: *provém do Espírito Santo*. E todavia não lhe é tirada a autoridade paterna, uma vez que lhe é ordenado que seja ele a dar o nome ao menino. Por fim, também a própria Virgem Maria, bem consciente de não ter concebido Cristo da união conjugal com ele, chama-o apesar disso *pai de Cristo*». (12)O *filho de Maria* é também *filho de José*, em virtude do vínculo matrimonial que os une: «Por motivo daquele matrimónio fiel, *ambos* mereceram ser chamados pais de Cristo, não apenas a Mãe, mas também aquele que era seu pai, do mesmo modo que era cônjuge da Mãe, *uma e outra coisa por meio da mente* e não da carne». (13) Neste matrimónio não faltou nenhum dos requisitos que o constituem: «Naqueles pais de Cristo realizaram-se todos os bens das núpcias: a prole, a fidelidade e o sacramento. Conhecemos *a prole*, que é o próprio Senhor Jesus; *a fidelidade*, porque não houve nenhum adultério; e *o sacramento*, porque não se deu nenhum divórcio». (14)Analisando a natureza do matrimónio, quer Santo Agostinho, quer Santo Tomás de Aquino situam-na constantemente na «união indivisível dos ânimos», na «união dos corações» e no «consenso»; (15) elementos estes, que, naquele matrimónio, se verificaram de maneira exemplar. No momento culminante da história da salvação, quando Deus manifestou o seu amor pela humanidade, mediante o dom do Verbo, deu-se *exactamente o matrimónio de Maria e José*, em que se realizou com plena «liberdade» o «dom esponsal de si» acolhendo e exprimindo um tal amor. (16) «Nesta grandiosa empresa da renovação de todas as coisas em Cristo , o matrimónio, também ele renovado e purificado, torna-se uma realidade nova, um sacramento da Nova Aliança. E eis que no limiar do Novo Testamento, como já sucedera no princípio do Antigo, há um casal. Mas, enquanto o casal formado por Adão e Eva tinha sido a fonte do mal que inundou o mundo, o casal formado por José e Maria constitui o vértice, do qual se expande por toda a terra a santidade. O Salvador deu início à obra da salvação com esta união virginal e santa, na qual se manifesta a sua vontade omnipotente *de purificar e santificar a família*, que é santuário do amor humano e berço da vida». (17)Quantos ensinamentos promanam disto, ainda hoje, para a família! Uma vez que «a essência e as funções da família se definem, em última análise, pelo amor» e que à família «é confiada *a missão de guardar, revelar e comunicar o amor*, qual reflexo vivo e participação do amor de Deus pela humanidade e do amor de Cristo pela Igreja sua Esposa», (18) é na Sagrada Família, nesta originária

«Igreja doméstica», (19) que todas as famílias devem espelhar-se. Nela, efectivamente, «por um misterioso desígnio divino, viveu escondido durante longos anos o Filho de Deus: ela constitui, portanto, o protótipo e o exemplo de todas as famílias cristãs». (20)8. São José foi chamado por Deus para servir directamente a Pessoa e a missão de Jesus, *mediante o exercício da sua paternidade*: desse modo, precisamente, ele «coopera no grande mistério da Redenção, quando chega a plenitude dos tempos», (21) e é verdadeiramente «ministro da salvação». A sua paternidade expressou-se concretamente «em ter feito da sua vida um serviço, um sacrifício, ao mistério da Incarnação e à missão redentora com o mesmo inseparavelmente ligada; em ter usado da autoridade legal, que lhe competia em relação à Sagrada Família, para lhe fazer o dom total de si mesmo, da sua vida e do seu trabalho; e em ter convertido a sua vocação humana para o amor famíliar na sobre-humana oblação de si, do seu coração e de todas as capacidades, no amor que empregou ao serviço do Messias germinado na sua casa». (22)A Liturgia, ao recordar que foram confiados «à solícita guarda de São José, na aurora dos novos tempos, os mistérios da salvação», (23) esclarece também que ele «foi constituído por Deus chefe da sua Família, para que, servo fiel e prudente, guardasse com paterna solicitude o seu Filho unigénito». (24) O Papa Leão XIII realça a sublimidade desta missão: «Ele entre todos, impõe-se pela sua sublime dignidade, dado que, por disposição divina, foi guardião e, na opinião dos homens, pai do Filho de Deus. Daí se seguia, portanto, que o Verbo de Deus fosse submisso a José, lhe obedecesse e lhe prestasse aquela honra e aquela reverência, que os filhos devem aos próprios pais». (25)E uma vez que não se pode conceber que a uma tarefa tão sublime não correspondessem as qualidades requeridas para a desempenhar adequadamente, importa reconhecer que José teve em relação a Jesus, «por especial dom do Céu, todo aquele amor natural e toda aquela solicitude afectuosa que o coração de um pai possa experimentar». (26)Com a autoridade paterna sobre Jesus, Deus terá comunicado também a José o amor correspondente, aquele amor que tem a sua fonte no Pai «do qual toda a paternidade, nos céus e na terra, toma o nome» (*Ef* 3, 15).Nos Evangelhos acha-se claramente exposto o múnus paterno de José para com Jesus. Com efeito, a salvação, que passa através da humanidade de Jesus, realiza-se nos gestos que fazem parte do quotidiano da vida familiar, respeitando aquela «condescendência» que é inerente à economia da Incarnação. Os Evangelistas estiveram muito atentos ao facto de que na vida de Jesus nada foi deixado ao acaso; mas nela tudo se desenrolou em conformidade com um plano divinamente preestabelecido. A fórmula muitas vezes repetida: «Aconteceu assim, para que se cumprissem ...», acompanhada de uma referência do acontecimento descrito a um texto do Antigo Testamento, tem o intuito de acentuar a unidade e a continuidade do projecto, que tem o seu «cumprimento» em Cristo.Com a Incarnação, as «promessas» e as «figuras» do Antigo Testamento tornam-se «realidade»: lugares, pessoas, acontecimentos e ritos entrelaçam-se de acordo com ordens divinas bem precisas, transmitidas mediante o ministério dos anjos e recebidas por criaturas particularmente sensíveis à voz de Deus. Maria é a humilde serva do Senhor, preparada desde toda a eternidade para a missão de ser Mãe de Deus; e José é aquele que Deus escolheu para ser o «coordenador do nascimento do Senhor», (27) aquele que tem o encargo de prover ao inserimento «ordenado» do Filho de Deus no mundo, mantendo o respeito pelas disposições divinas e pelas leis humanas. Toda a chamada vida «privada» ou «oculta» de Jesus foi confiada à sua guarda.

O recenseamento

9. Quando José foi de longada até Belém, para o recenseamento, em observância das disposições da autoridade legítima, ele desempenhou em relação ao menino a tarefa importante e significativa de inserir oficialmente o nome de «Jesus, filho de José de Nazaré» (cf. *Jo* 1, 45), no registo do império. Essa inscrição manifesta de modo bem claro o facto de Jesus pertencer ao género humano, homem entre os homens, cidadão deste mundo, sujeito às leis e instituições civis, mas também «*Salvador do mundo*». Orígenes descreveu bem o significado teológico inerente a este

facto histórico, que não é nada marginal: «Dado que o primeiro recenseamento de toda a terra se verificou no tempo de César Augusto, e que entre todos os demais também José se foi registrar, juntamente com Maria sua esposa, que se encontava grávida; e dado que Jesus veio ao mundo antes de o censo ter sido feito, para quem considerar a coisa com diligente atenção parecerá que se expressa uma espécie de mistério no facto de que, na declaração de toda a terra, devesse ser recenseado também Cristo. Dessa maneira, registado juntamente com os demais, a todos podia santificar; inscrito com toda a terra no recenseamento, à terra oferecia a comunhão consigo; e, depois desta declaração, recenseava consigo todos os homens da terra no livro dos vivos, para que quantos viessem a acreditar nele, fossem depois inscritos no céu, com os Santos d'Aquele a quem pertencem a glória e o império pelos séculos dos séculos. Amén». (28)

O nascimento de Belém

10. Como depositário do mistério «escondido desde todos os séculos em Deus» e que começa a realizar-se diante dos seus olhos na «plenitude dos tempos», *José encontra-se juntamente com Maria na noite de Belém*, qual testemunha privilegiada da vinda do Filho de Deus ao mundo. São Lucas exprime-se assim: «*Enquanto eles ali (em Belém) se encontravam, completaram-se para ela os dias da gestação. E deu à luz o seu filho primogénito*, que envolveu em faixas e recostou numa manjedoura, porque não havia lugar para eles na hospedaria» (*Lc* 2, 6-7).*José foi testemunha ocular* deste nascimento, que se verificou em condições humanamente humilhantes, primeiro anúncio daquele «despojamento», no qual Cristo consentiu livremente, para a remissão dos pecados. Na mesma ocasião, José foi *testemunha da adoração dos pastores*, que acorreram ao lugar onde Jesus nascera, depois de um anjo lhes ter levado esta grande e jubilosa notícia (cf. *Lc* 2, 15-16); mais tarde, foi *testemunha também da homenagem dos Magos, vindos do Oriente* (cf. *Mt* 2, 11).

A circuncisão

11. Sendo a circuncisão de um filho o primeiro dever religioso do pai, José, com esta cerimónia (cf. *Lc* 2, 21), exercitou um seu direito e dever em relação a Jesus.O princípio segundo o qual todos os ritos do Antigo Testamento são como que a sombra da realidade (cf. *Hebr* 9, 9 s.; 10, 1), explica o motivo por que Jesus os aceita. Como sucedeu com os outros ritos, também o da circuncisão teve em Jesus o seu «cumprimento». A Aliança de Deus com Abraão, de que a circuncisão era sinal (cf. *Gén* 17, 13), obteve em Jesus o seu pleno efeito e a sua cabal realização, sendo Jesus o «sim» de todas as antigas promessas (cf. 2 *Cor* 1, 20).

A imposição do nome

12. José deu ao menino, na ocasião em que o levaram a circuncidar, o nome de Jesus. Este nome é o único em que há salvação (cf. *Act* 4, 12); e a José tinha sido revelado o seu significado, no momento da sua «anunciação»: E tu «por-lhe-ás o nome de Jesus; porque ele salvará o seu povo dos seus pecados» (*Mt* 1, 21). Quando lhe deu o nome, José declarou a própria paternidade legal em relação a Jesus; e, pronunciando esse nome, proclamou a missão deste menino, de ser o Salvador.

A apresentação de Jesus no templo

13. Esta cerimónia, referida por São Lucas (2, 22 ss.), incluía o resgate do primogénito e projecta luz sobre o episódio posterior da permanência de Jesus no templo aos doze anos.O *resgate do primogénito* é um outro dever do pai, que é

cumprido por José. No primogénito estava representado o povo da Aliança, resgatado da escravidão para passar a pertencer a Deus. Também a propósito disto, Jesus, que é o verdadeiro «preço» do resgate (cf. 1 *Cor* 6, 20; 7, 23; 1 *Pdr* 1, 19), não somente «cumpre» o rito do Antigo Testamento, mas ao mesmo tempo supera-o, não sendo ele um simples homem sujeito a ser resgatado, mas o próprio autor do resgate.O Evangelista põe em relevo que «o pai e a mãe de Jesus estavam admirados com as coisas que se diziam dele» (*Lc* 2, 33); e, em particular, com *aquilo que Simeão disse*, no seu cântico dirigido ao Senhor, indicando Jesus como «a salvação preparada por Deus em favor de todos os povos» e «luz para iluminar as nações e glória de Israel, seu povo»; e, mais adiante, também como «sinal de contradição» (*Lc* 2, 30-34).

A fuga para o Egipto

14. A seguir à apresentação no templo, o evangelista São Lucas anotou: «Depois de terem cumprido tudo segundo a lei do Senhor, *voltaram para a Galileia*, para a sua cidade de Nazaré. Entretanto, o menino crescia e robustecia-se, cheio de sabedoria, e a graça de Deus estava com ele» (*Lc* 2, 39-40).

Mas, *segundo o texto de São Mateus*, ainda antes deste retorno à Galileia, tem de ser colocado um acontecimento muito importante, para o qual a Providência divina de novo recorre a José. Aí lemos: «Depois de eles (os Magos) partirem, eis que um anjo do Senhor apareceu, em sonho, a José e disse-lhe*: "Levanta-te, toma o menino e sua mãe e foge para o Egipto* e fica lá até eu te avisar, porque Herodes está a procurar o menino para o matar"» (*Mt* 2, 13). Na ocasião da vinda dos Magos do Oriente, Herodes tinha sabido do nascimento do «rei dos Judeus» (*Mt* 2, 2). E quando os Magos partiram, ele mandou «matar todos os meninos que havia em Belém e em todo o seu território, da idade de dois anos para baixo» (*Mt* 2, 16). Deste modo, matando todas as crianças, queria matar aquele recém-nascido «rei dos Judeus», de quem chegara ao conhecimento durante a visita dos Magos à sua corte. Então José, tendo recebido o aviso em sonho, «de noite, tomou o menino e sua mãe e *retirou-se para o Egipto, onde ficou até à morte de Herodes*, para se cumprir o que o Senhor tinha anunciado por meio do profeta: "Do Egipto chamei o meu Filho"» (*Mt* 2, 14-15; cf. *Os* 11, 1).

Deste modo, o caminho do regresso de Jesus de Belém a Nazaré passou pelo Egipto. Assim como Israel tinha tomado o caminho do êxodo «da condição de escravidão» para iniciar a Antiga Aliança, assim *José, depositário e cooperador do mistério providencial de Deus*, também no exílio vela por Aquele que vai tornar realidade a Nova Aliança.

A permanência de Jesus no templo

15. Desde o momento da Anunciação, José, juntamente com Maria, encontrou-se, em certo sentido, *no íntimo do mistério* escondido desde todos os séculos em Deus e que se tinha revestido de carne: «*O Verbo fez-se carne e habitou entre nós*» (*Jo* 1, 14). Sim, Ele habitou entre os homens e o âmbito da sua morada foi *a Sagrada Família de Nazaré*, uma das tantas famílias desta pequena cidade de Galileia, uma das tantas famílias da terra de Israel. Aí, Jesus crescia e «robustecia-se , cheio de sabedoria, e a graça de Deus estava com ele» (*Lc* 2, 40). Os Evangelhos resumem em poucas palavras o *longo período* da vida «oculta», durante o qual Jesus se preparou para a sua missão messiânica. Há um só

momento que é subtraído a este «escondimento» e é descrito pelo *Evangelho de São Lucas: a Páscoa de Jerusalém, quando Jesus tinha doze anos de idade.*Jesus participou nesta festa, como um jovem peregrino, juntamente com Maria e José. E eis o que aconteceu: «Passados aqueles dias (da festa), ao regressarem, o menino Jesus ficou em Jerusalém, sem que os pais se apercebessem disso» (*Lc* 2, 43). Depois de um dia de viagem deram pela sua falta; e começaram a procurá-lo «entre os parentes e conhecidos ... Depois de três dias, *encontraram-no no templo*, sentado no meio dos doutores, a ouvi-los e a fazer-lhes perguntas. Todos os que o ouviam ficavam admirados da sua inteligência e das suas respostas» (*Lc* 2, 46-47). Maria pergunta: «Filho, por que procedeste assim connosco? *Olha que teu pai e eu andávamos aflitos à tua procura*» (*Lc* 2, 48). A resposta de Jesus foi de tal sorte que os dois «não entenderam as palavras que lhes disse». Tinha-lhes respondido: «Por que me procuráveis? Não sabíeis *que eu devo encontrar-me na casa de meu Pai?*» (*Lc* 2, 49-50).Ouviu estas palavras José, em relação ao qual Maria tinha acabado de dizer «teu pai». Com efeito, era assim que as pessoas diziam e pensavam: Jesus, «como se supunha, era filho de José» *(Lc* 3, 23). Apesar disso, a resposta do próprio Jesus no templo devia reavivar na consciência do «suposto o pai» aquilo que numa noite, doze anos antes, ele tinha ouvido: «José ... não temas receber contigo Maria, tua esposa, *pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo*». Já desde então ele sabia que era depositário do mistério de Deus; e *Jesus*, com doze anos de idade, *evocou exactamente este mistério*: «Devo encontrar-me na casa de meu Pai».

A sustenção e a educação de Jesus em Nazaré

16. O crescimento de Jesus «em sabedoria, em estatura e em graça» (*Lc* 2, 52), deu-se no âmbito da Sagrada Família, sob o olhar de São José, que tinha a alta função de o «criar»; ou seja, de alimentar, vestir e instruir Jesus na Lei e num ofício, em conformidade com os deveres estabelecidos para o pai.No Sacrifício eucarístico a Igreja venera «a memória da gloriosa sempre Virgem Maria ... e também a de São José», (29) porque foi quem «sustentou Aquele que os fiéis deviam comer como Pão de vida eterna». (30)Por sua parte, Jesus «era-lhes submisso» (*Lc* 2, 51), correspondendo com o respeito às atenções dos seus «pais». Dessa forma quis santificar os deveres da família e do trabalho, que ele próprio executava ao lado de José.

III

O HOMEM JUSTO - O ESPOSO

17. No decorrer da sua vida, que foi uma peregrinação na fé, José, como Maria, permaneceu fiel até ao fim ao chamamento de Deus. A vida de Maria foi o cumprimento até às últimas consequências daquele primeiro *fiat (faça-se)* pronunciado no momento da Anunciação; ao passo que José - como já foi dito - não proferiu palavra alguma, aquando da sua «anunciação»: «fez como o anjo do Senhor lhe ordenara» (*Mt* 1, 24). E este *primeiro «fez» tornou-se o princípio da «caminhada de José».* Ao longo desta caminhada, os Evangelhos não registram palavra alguma que ele tenha dito. Mas esse *silêncio de José* tem uma especial eloquência: graças a tal atitude, pode captar-se perfeitamente a verdade contida no juízo que dele nos dá o Evangelho: o «justo» (*Mt* 1, 19).

énecessário saber ler bem esta verdade, porque nela está contido *um dos mais importantes testemunhos acerca do homem e da sua vocação*. No decurso das gerações a Igreja lê, de maneira cada vez mais atenta e mais cônscia este testemunho, como que tirando do tesouro

desta insígne figura «coisas novas e coisas velhas» (*Mt* 13, 52).

18. O homem «justo» de Nazaré possui sobretudo as características bem nítidas do esposo. O Evangelista fala de Maria como de «uma virgem desposada com um homem ... chamado José» (*Lc* 1, 27). Antes de começar a realizar-se «o mistério escondido desde todos os séculos em Deus» (*Ef* 3, 9), os Evangelhos põem diante de nós a *imagem do esposo e da esposa*. Segundo o costume do povo hebraico, o matrimónio constava de duas fases: primeiro, era celebrado o matrimónio legal (verdadeiro matrimónio); e depois, só passado um certo período, é que o esposo introduzia a esposa na própria casa. Antes de viver junto com Maria, portanto, José já era o seu «esposo»; *Maria, porém, conservava no seu íntimo o desejo de fazer o dom total de si mesma exclusivamente a Deus*. Poder-se-ia perguntar de que modo este desejo se conciliava com as «núpcias». A resposta vem-nos somente do desenrolar dos acontecimentos salvíficos, isto é, da acção especial do próprio Deus. Desde o momento da Anunciação, Maria sabe que *deve realizar-se* o seu *desejo virginal*, de entregar-se a Deus de modo exclusivo e total, precisamente *tornando-se mãe do Filho de Deus*. A maternidade por obra do Espírito Santo é a forma de doação que o próprio Deus espera da Virgem, «desposada» com José. E Maria pronuncia o seu *fiat (faça-se).*

O facto de ela ser «desposada» com José *está incluído no mesmo desígnio de Deus*. Isso é indicado por ambos os Evangelistas citados, mas de maneira particular por São Mateus. São muito significativas as palavras ditas a José: «Não temas receber contigo Maria, *tua esposa*, pois o que nela se gerou é obra do Espírito Santo» (*Mt* 1, 20). Elas explicam o mistério da esposa de José: Maria é virgem na sua maternidade. Nela «o Filho do Altíssimo» assume um corpo humano e torna-se «o Filho do homem».

Dirigindo-se a José com as palavras do anjo, Deus dirige-se a ele *como sendo esposo da Virgem de Nazaré*. Aquilo que nela se realizou por obra do Espírito Santo exprime ao mesmo tempo uma confirmação *especial do vínculo esponsal*, que já existia antes entre José e Maria. O mensageiro diz claramente a José: «Não temas receber contigo, Maria, *tua esposa*». Por conseguinte, aquilo que tinha acontecido anteriormente — os seus esponsais com Maria — tinha acontecido por vontade de Deus e, portanto, devia ser conservado. Na sua maternidade divina, Maria deve continuar a viver como «uma virgem, esposa de um esposo» (cf. *Lc* 1, 27).

19. Nas palavras da «anunciação» nocturna, *José escuta* não apenas a verdade divina acerca da inefável vocação da sua esposa, mas *ouve novamente* também a *verdade acerca da própria vocação*. Este homem «justo», que, segundo o espírito das mais nobres tradições do povo eleito, amava a Virgem de Nazaré e a ela se encontrava ligado por amor esponsal, é novamente chamado por Deus para este amor.

«José fez como lhe ordenara o anjo do Senhor e recebeu consigo a sua esposa»; o que se gerou nela «é obra do Espírito Santo». Ora, de tais expressões, não se imporá porventura deduzir que

também o seu *amor de homem tinha sido regenerado pelo Espírito Santo?* Não se imporá porventura pensar que o amor de Deus, que foi derramado no coração humano pelo Espírito Santo (cf. *Rom* 5, 5), forma do modo mais perfeito todo o amor humano? Ele forma também — e de maneira absolutamente singular — o amor esponsal dos cônjuges, nele dando profundidade a tudo aquilo que seja humanamente digno e belo e tenha as marcas da exclusiva entrega, da aliança das pessoas e da comunhão autêntica, a exemplo de Mistério trinitário.

«José ... recebeu consigo a sua esposa, a qual, *sem que ele a conhecesse*, deu à luz um filho» (*Mt* 1, 24-25). Estas palavras indicam ainda outra proximidade esponsal. A profundeza desta proximidade, a intensidade espiritual da união e do contacto entre pessoas — do homem e da mulher — provêm em última análise do Espírito que dá a vida (cf. *Jo* 6, 63). *José, obediente ao Espírito, encontra precisamente nele a fonte do amor*, do seu amor esponsal de homem; e este amor foi maior do que aquele «homem justo» poderia esperar, segundo a medida do próprio coração humano.

20. Na Liturgia, Maria é celebrada como tendo estado «unida a José, homem justo, por um vínculo de amor esponsal e virginal». (31) Trata-se, de facto , de dois amores que , *conjuntamente*, representam o mistério da Igreja, virgem e esposa, a qual tem no matrimónio de Maria e José o seu símbolo. «A virgindade e o celibato por amor do Reino de Deus não só não se contrapõem à dignidade do matrimónio, mas pressupõem-na e confirmam-na. O matrimónio e a virgindade são os dois modos de exprimir e de viver o único Mistério da Aliança de Deus com o seu povo», (32) que é comunhão de amor entre Deus e os homens.

Mediante o sacrifício total de si próprio, José exprime o seu amor generoso para com a Mãe de Deus, fazendo-lhe «dom esponsal de si». Muito embora decidido a afastar-se, para não ser obstáculo ao plano de Deus que nela estava a realizar-se, por ordem expressa do anjo ele manteve-a consigo e respeitou a sua condição de pertencer exclusivamente a Deus.

Por outro lado, foi do matrimónio com Maria que advieram para José a sua dignidade singular e os seus direitos em relação a Jesus. «é certo que a dignidade da Mãe de Deus assenta tão alto, que nada pode haver de mais sublime; mas, por isso mesmo que entre a Santíssima Virgem a José foi estreitado o vínculo conjugal, não há dúvida de que ele se *aproximou como ninguém* dessa altíssima dignidade, em virtude da qual a Mãe de Deus ocupa lugar eminente, a grande distância de todas as criaturas. Uma vez que o casamento é a comunidade e a amizade máxima a que, por sua natureza, anda ligada a comunhão de bens, segue-se que, se Deus quis dar José como esposo à Virgem, deu-lo não apenas como companheiro na vida, testemunha da sua virgindade e garante da sua honestidade, mas também para que ele *participasse*, mediante o pacto conjugal, na sua excelsa grandeza. (33)

21. *Um tal vínculo de caridade constituiu a vida da Sagrada Família*; primeiro, na pobreza de Belém, depois, durante o exílio no Egipto e, em seguida, quando ela morava em Nazaré. A Igreja

rodeia de profunda veneração esta Família, apresentando-a como modelo para todas as famílias. A Família de Nazaré, directamente inserida no mistério da Incarnação, constitui ela própria um mistério particular. E ao mesmo tempo — como na Incarnação — é a este mistério que pertence a verdadeira paternidade: *a forma humana da família do Filho de Deus, verdadeira família humana*, formada pelo mistério divino. *Nela, José é o pai*: a *sua paternidade*, porém, não é só «aparente», ou apenas «substitutiva»; mas *está dotada plenamente da autenticidade da paternidade humana,* da autenticidade da missão paterna na família. Nisto está contida uma consequência da união hipostática: humanidade assumida na unidade da Pessoa divina do Verbo-Filho, Jesus Cristo. Juntamente com a assunção da humanidade, em Cristo *foi também «assumido» tudo aquilo que é humano e, em particular, a família*, primeira dimensão da sua existência na terra. Neste contexto foi «assumida» também a paternidade humana de José.

Com base neste princípio, adquirem o seu significado profundo as palavras dirigidas por Maria a Jesus, no templo, quando ele tinha doze anos: «Teu pai e eu ... andávamos à tua procura». Não se trata de uma frase convencional: as palavras da Mãe de Jesus indicam toda a realidade da Incarnação, que pertence ao mistério da Família de Nazaré. José, que desde o princípio aceitou, mediante «a obediência da fé», a sua paternidade humana em relação a Jesus, seguindo a luz do Espírito Santo que por meio da fé se doa ao homem, por certo ia descobrindo cada vez mais amplamente *o dom inefável desta sua paternidade*.

IV

O TRABALHO EXPRESSÃO DO AMOR

22. *A expressão quotidiana deste amor na vida da Família de Nazaré é o trabalho*. O texto evangélico especifica o tipo de trabalho, mediante o qual José procurava garantir a sustentação da Família: o trabalho de *carpinteiro*. Esta simples palavra envolve toda a extensão da vida de José. Para Jesus este período abrange os anos da vida oculta, de que fala o Evangelista, a seguir ao episódio que sucedeu no templo: «Depois, desceu com eles para Nazaré e era-lhes submisso» (*Lc* 2, 51). Esta «*submissão*, ou seja, a obediência de Jesus na casa de Nazaré é *entendida* também *como participação no trabalho de José*. Aquele que era designado como o «filho do carpinteiro», tinha aprendido o ofício de seu «pai» putativo. Se a Família de Nazaré, na ordem da salvação e da santidade, é exemplo e modelo para as famílias humanas, é-o analogamente *também o trabalho de Jesus ao lado de José carpinteiro*. Na nossa época, a Igreja pôs em realce isto mesmo, também com a memória litúrgica de São José Operário, fixada no primeiro de maio. *O trabalho humano*, em particular o trabalho manual, *tem no Evangelho uma acentuação especial*. Juntamente com a humanidade do Filho de Deus ele foi acolhido no mistério da Incarnação, como também *foi redimido de maneira particular*. Graças ao seu banco de trabalho, junto do qual exercitava o próprio ofício juntamente com Jesus, José aproximou o trabalho humano do mistério da Redenção.

23. No crescimento humano de Jesus «em sabedoria, em estatura e em graça» teve uma parte notável *a virtude da laboriosidade*, dado que «o trabalho é um bem do homem», que «transforma a natureza» e torna o homem, «em certo sentido, mais homem». (34)

A importância do trabalho na vida do homem exige que se conheçam e assimilem todos os seus conteúdos, «para ajudar os demais homens a aproximarem-se através dele de Deus, Criador e Redentor, e a participarem nos seus desígnios salvíficos quanto ao homem e quanto ao mundo; e ainda, a aprofundarem na sua vida e amizade com Cristo, tendo, mediante a fé vivida, uma participação no seu tríplice múnus: de Sacerdote, de Profeta e de Rei». (35)

24. Trata-se, em última análise, da santificação da vida quotidiana, no que cada pessoa deve empenhar-se, segundo o próprio estado, e que pode ser proposta apontando para um modelo accessível a todos: São José é o modelo dos humildes, que o Cristianismo enaltece para grandes destinos; ... é a prova de que para ser bons e autênticos seguidores de Cristo não se necessitam «grandes coisas», mas requerem-se somente virtudes comuns, humanas, simples e autênticas». (36)

V

O PRIMADO DA VIDA INTERIOR

25. Também quanto ao trabalho de carpinteiro na casa de Nazaré se estende o mesmo clima de silêncio, que acompanha tudo aquilo que se refere à figura de José. Trata-se, contudo, de um *silêncio que desvenda de maneira especial o perfil interior desta figura*. Os Evangelhos falam exclusivamente daquilo que José «fez»; no entanto, permitem-nos auscultar nas suas «acções», envolvidas pelo silêncio, um clima de *profunda contemplação*. José estava quotidianamente em contacto com o mistério «escondido desde todos os séculos», que «estabeleceu a sua morada» sob o tecto da sua casa. Isto explica, por exemplo, a razão por que Santa Teresa de Jesus, a grande reformadora do Carmelo contemplativo, se tornou promotora da renovação do culto de São José na cristiandade ocidental.

26. O sacrifício total, que José fez da sua existência inteira, às exigências da vinda do Messias à sua própria casa, encontra a motivação adequada na «sua insondável vida interior, da qual lhe provêm ordens e consolações singularíssimas; dela lhe decorrem também a lógica e a força, própria das almas simples e límpidas, das grandes decisões, como foi a de colocar imediatamente à disposição dos desígnios divinos a própria liberdade, a sua legítima vocação humana e a felicidade conjugal, aceitando a condição, a responsabilidade e o peso da família e renunciando, por um incomparável amor virgíneo, ao natural amor conjugal que constitui e alimenta a mesma família». (37)

Esta submissão a Deus, que é prontidão de vontade para se dedicar às coisas que dizem respeito

ao seu serviço, não é mais do que o *exercício da devoção*, que constitui uma das expressões da virtude da religião. (38)

27. A comunhão de vida entre José e Jesus leva-nos a considerar ainda o mistério da Incarnação precisamente sob o aspecto da humanidade de Cristo, instrumento eficaz da divindade para a santificação dos homens: «Por força da divindade, as acções humanas de Cristo foram salutares para nós, produzindo em nós a graça, quer em razão do mérito, quer por uma certa eficácia». (39)

Entre estas acções os Evangelistas privilegiam aquelas que dizem respeito ao mistério pascal; mas não deixam de frisar bem a importância do contacto físico com Jesus em ordem às curas de enfermidades (cf., por exemplo, *Mc* 1, 41) e a influência por ele exercida sobre João Baptista, quando ambos estavam ainda no seio materno (cf. *Lc* 1, 41-44).

O testemunho apostólico não transcurou — como já se viu — a narração do nascimento de Jesus, da circuncisão, da apresentação no templo, da fuga para o Egipto e da vida oculta em Nazaré, por motivo do «mistério» de graça contido em tais «gestos», todos eles salvíficos, porque todos participavam da mesma fonte de amor: a divindade de Cristo. Se este amor se irradiava, através da sua humanidade, sobre todos os homens, certamente eram por ele beneficiados, em primeiro lugar, aqueles que a vontade divina tinha posto na sua maior intimidade: Maria, sua Mãe, e José, seu pai putativo . (40)

Uma vez que o amor «paterno» de José não podia deixar de influir sobre o amor «filial» de Jesus e, vice-versa, o amor «filial» de Jesus não podia deixar de influir sobre o amor «paterno» de José, como chegar a conhecer as profundezas desta singularíssima relação? Justamente, pois, as almas mais sensíveis aos impulsos do amor divino vêem em José um exemplo luminoso de vida interior.

Mais ainda, a aparente tensão entre a vida activa e a vida contemplativa tem em José uma superação ideal, possível para quem possui a perfeição da caridade. Atendo-nos à conhecida distinção entre o amor da verdade (*caritas veritatis*) e as exigências do amor (*necessitat caritatis*), podemos dizer que José fez a experiência quer do *amor da verdade*, ou seja, do puro amor de contemplação da Verdade divina que irradiava da humanidade de Cristo, quer das *exigências do amor*, ou seja, do amor igualmente puro do serviço, requerido pela protecção e pelo desenvolvimento dessa mesma humanidade. (41)

VI

PATRONO DA IGREJA DO NOSSO TEMPO

28. Em tempos difíceis para a Igreja, Pio IX, desejando confiá-la à especial protecção do Santo Patriarca José, declarou-o «Patrono da Igreja católica». (42) Esse Sumo Pontífice sabia que não

estava a levar a efeito um gesto peregrino, porque, em virtude da excelsa dignidade concedida por Deus a este seu servo fidelíssimo, «a Igreja, depois da Virgem Santíssima, esposa dele, teve sempre em grande honra e cumulou de louvores o Bem-aventurado José e, no meio das angústias, de preferência foi a ele que recorreu». (43)

Quais são os motivos de tão grande confiança? O Papa Leão XIII expõe-nos assim: «As razões pelas quais o Bem-aventurado José deve ser considerado especial Patrono da Igreja, e a Igreja, por sua vez, deve esperar muitíssimo da sua protecção e do seu patrocínio, provêm principalmente do facto de ele ser esposo de Maria e pai putativo de Jesus (...). José foi a seu tempo legítimo e natural guardião, chefe e defensor da divina Família (...). É algo conveniente e sumamente digno para o Bem-aventurado José, portanto, que, de modo análogo àquele com que outrora costumava socorrer santamente, em todo e qualquer acontecimento, a Família de Nazaré, também agora cubra e defenda com o seu celeste patrocínio a Igreja de Cristo». (44)

29. Este patrocínio deve ser invocado e continua sempre a ser necessário à Igreja, não apenas para a defender dos perigos, que continuamente se levantam, mas também e sobretudo para a confortar no seu renovado empenho de evangelização do mundo e de levar por diante a nova evangelização dos países e nações «onde — como eu escrevia na Exortação Apostólica *Christifideles laici* — a religião e a vida cristã foram em tempos tão prósperas», mas «se encontram hoje submetidas a dura provação». (45) Para levar o primeiro anúncio de Cristo ou para voltar a apresentá-lo onde ele foi transcurado ou esquecido, a Igreja precisa de uma particular «força do Alto» (cf. *Lc* 24, 49), que é dom do Espírito do Senhor, certamente, mas não anda disjunta da intercessão e do exemplo dos seus Santos.

30. Além da confiança na protecção segura de José, a Igreja tem confiança no seu exemplo insigne, um exemplo que transcende cada um dos estados de vida e se propõe a toda a comunidade cristã, sejam quais forem a condição e as tarefas de cada um dos fiéis.

Como se diz na constituição do Concílio Vaticano II sobre a Divina Revelação, a atitude fundamental de toda a Igreja deve ser de «religiosa escuta da palavra de Deus»; (46) ou seja, de absoluta disponibilidade para se pôr fielmente ao serviço da vontade salvífica de Deus, revelada em Jesus. Logo no princípio da Redenção humana, nós encontramos o modelo da obediência encarnado, depois de Maria, precisamente em José, aquele que, se distingue pela execução fiel das ordens de Deus.

O Papa Paulo VI exortava a invocar o seu patrocínio, «como a Igreja, nestes últimos tempos, tem o costume de fazer, para si mesma, antes de mais nada, para uma espontânea reflexão teológica sobre o conúbio da acção divina com a acção humana na grande economia da Redenção, no qual, a primeira, a acção divina, é só por si totalmente suficiente, mas a segunda, a acção humana, a nossa, embora não seja capaz de fazer coisa alguma sozinha (cf. *Jo* 15, 5), nunca está dispensada de uma humilde, mas condicional e nobilitante colaboração. Além disso, a Igreja

invoca-o como protector, por um desejo profundo e actualíssimo de rejuvenescer a sua existência secular, com autênticas virtudes evangélicas, como as que refulgem em São José». (47)

31. A Igreja transforma estas exigências em oração. Recordando que Deus confiou os inícios da nossa Redenção à guarda desvelada de São José, suplica-lhe: que lhe conceda colaborar fielmente na obra da salvação; e que lhe dê a mesma fidelidade e pureza de coração que animaram José no serviço do Verbo Incarnado; e, ainda, a graça de caminhar diante do mesmo Deus pelas vias da santidade e da justiça, amparados pelo exemplo e pela intercessão de São José. (48)

Há cem anos, exactamente, o Papa Leão XIII exortava o mundo católico a rezar para obter a protecção de São José, Patrono de toda a Igreja. A Carta Encíclica *Quamquam pluries* fazia apelo para aquele «amor paterno» que José «dedicava ao Menino Jesus» e recomendava-lhe, a ele «próvido guarda da divina Família, a preciosa herança que Jesus Cristo adquiriu com o próprio sangue». Desde então, *a Igreja* — como foi recordado mais acima — *implora a protecção de São José*, «em virtude daquele vínculo de caridade que o uniu à imaculada Virgem Mãe de Deus», e recomenda-lhe todas as suas solicitudes, também pelo que se refere às ameaças que incumbem sobre a família humana.

Nos dias de *hoje*, temos ainda *numerosos motivos para rezar da mesma maneira*: «Afastai de nós, ó pai amantíssimo, esta peste de erros e de vícios..., assisti-nos propício, do céu, nesta luta contra o poder das trevas ...; e assim como outrora livrastes da morte a vida ameaçada do Menino Jesus, assim hoje defendei a santa Igreja de Deus das ciladas do inimigo e de todas as adversidades». (49) Hoje ainda temos *motivos que perduram para recomendar todos e cada um dos homens a São José*.

32. Desejo vivamente que esta evocação da figura de São José renove também em nós o ritmo da oração que, há um século atrás, o meu Predecessor estabeleceu que lhe fosse elevada. É fora de dúvida, efectivamente, que esta oração e *a própria figura de São José se revestem de actualidade renovada para a Igreja do nosso tempo*, em relação com o novo Milénio cristão.

O *Concílio Vaticano II procurou sensibilizar-nos novamente* a todos para «as grandes coisas de Deus» e *para aquela «economia da salvação»* de que São José foi particularmente ministro. Recomendando-nos, pois, à protecção daquele a quem o próprio Deus «confiou a guarda dos seus tesouros mais preciosos e maiores», (50) *aprendamos com ele, ao mesmo tempo, a servir a «economia da salvação».* Que São José se torne para todos um mestre singular no serviço da *missão salvífica de Cristo*, que, na Igreja, compete a cada um e a todos: aos esposos e aos pais, àqueles que vivem do trabalho das próprias mãos e de todo e qualquer outro trabalho, às pessoas chamadas para a vida contemplativa e às que são chamadas ao apostolado.

O *homem justo*, que trazia em si o património da Antiga Aliança, foi também *introduzido no*

«princípio» da nova e eterna Aliança em Jesus Cristo. Que ele nos indique os caminhos desta Aliança salvífica no limiar do próximo Milénio, durante o qual deve perdurar e desenvolver-se ulteriormente a «plenitude dos tempos» própria do mistério inefável da Incarnação do Verbo.

Que São José obtenha para a Igreja e para o mundo, assim como para um de nós, a bênção do Pai e do Filho e do Espírito Santo.

Dado em Roma, junto de São Pedro, a 15 de Agosto - solenidade da Assunção de Nossa Senhora - no ano de 1989, undécimo ano de Pontificado.

JOÃO PAULO II

Notas

(1) Cf. S. Ireneu, *Adversus Haereses*, IV, 23, 1: *S. Ch.* 100/72, pp. 692-694.

(2) Leão XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *Leonis XIII P. M. Acta*, IX (1890), pp. 175-182.

(3) Sacror. Rituum Congreg., Decr. *Quemadmodum Deus* (8 de Dezembro de 1870): *Pii IX P. M. Acta*, pars I, Vol. V, p. 282; Pio IX, Carta Apost. *Inclytum Partiarcham* (7 de Julho de 1871), *l.c.*, pp. 331-335.

(4) Cf. S. João Crisóstomo, *In Matth. Hom.*, V, 3: *PG* 57, 57-58. Os Doutores da Igreja e os Sumos Pontífices, também baseando-se na identidade do nome, indicaram em José do Egipto o protótipo de José de Nazaré, na medida em que se teriam esboçado no primeiro as funções e a grandeza do segundo, de ser guardião dos mais preciosos tesouros de Deus Pai, o Verbo Incarnado e a sua Santíssima Mãe: cf., por exemplo, S. Bernardo, *Super missus est*, *Hom.* II, 16: *S. Bernardi Opera*, Ed. Cist., IV, 33-34; Leão XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *l.c.*, p. 179.

(5) Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, n. 58.

(6) Cf. *ibid.*, n. 63.

(7) Const. dogm. sobre a Divina Revelação *Dei Verbum*, n. 5.

(8) *Ibid.*, n. 2.

(9) Cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, n. 63.

(10) Conc. Ecum. Vaticano II, Const. dogm. sobre a Divina Revelação *Dei Verbum,* n. 2.

(11) S. Congr. dos Ritos, Decr. *Novis hisce temporibus* (13 de Novembro de 1962): *AAS* 54 (1962), p. 873.

(12) S. Agostinho, *Sermo* 51, 10, 16: *PL* 38, 342.

(13) S. Agostinho, *De nuptiis et concupiscentia*, I, 11, 12: *PL* 44, 421; cf. *De consensu evangelistarum*, II, 1, 2: *PL* 34, 1071; *Contra Faustum*, III, 2: *PL* 42, 214.

(14) S. Agostinho, *De nuptiis et concupiscentia*, I, 11, 13: *PL* 44, 421; cf. *Contra Julianum*, V, 12, 46: *PL* 44, 810.

(15) Cf. S. Agostinho, *Contra Faustum*, XXIII, 8: *PL* 42, 470-471; *De consensu evangelistarum,* II, 1, 3: *PL* 34, 1072; *Sermo* 51, 13, 21: *PL* 38, 344-345; S. Tomás de Aquino, *Summa Theol.*, III, q. 29, a. 2 in conclus.

(16) Cf. as *Alocuções* de 9 e 16 de Janeiro e de 20 de Fevereiro de 1980: *Insegnamenti*, III/1 (1980), pp. 88-92; 148-152; e 428-431.

(17) Paulo VI, *Alocução* ao Movimento « Equipes Notre-Dame » (4 de Maio de 1970), n. 7: *AAS* 62 (1970), p. 431; uma exaltação análoga da Família de Nazaré, como exemplar absoluto da comunidade doméstica, encontra-se, por exemplo, em Leão XIII, Carta Apost. *Neminem fugit* (14 de Junho de 1892): *Leonis XIII Acta*, XII (1892), pp. 149-150; Bento XV, Motu Proprio *Bonum sane* (25 de Julho de 1920): *AAS* 12 (1920), pp. 313-317.

(18) Exort. Apost. *Familiaris consortio* (22 de Novembro de 1981), n. 17: *AAS* 74 (1982), p. 100.

(19) *Ibid.*, n. 49: *l.c.*, p. 140; cf. Conc. Ecum. Vaticano II, Const. dogm. sobre a Igreja *Lumen gentium*, n. 11; Decr. sobre o Apostolado dos leigos *Apostolicam actuositatem*, n. 11.

(20) Exort. Apost. *Familiaris consortio* (22 de Novembro de 1981), n. 85: *AAS* 74 (1982), pp. 189-190.

(21) Cf. S. João Crisóstomo, *In Matth. Hom.*, V, 3: PG 57, 57-58.

(22) Paulo VI, *Alocução* (19 de Março de 1966): *Insegnamenti*, IV (1966), p. 110.

(23) Cf. *Missale Romanum*, *Collecta* in « Sollemnitate S. Joseph Sponsi B.M.V.».

(24) Cf. *Ibid.*, *Praefatio* in o Sollemnitate S. Joseph Sponsi B. M. V. ».

(25) Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *l.c.*, p. 178.

(26) Pio XII, *Radiomensagem* aos estudantes das escolas católicas dos Estados Unidos da América (19 de Fevereiro de 1958): *AAS* 50 (1958), p. 174.

(27) Origenes, *Hom. XIII in Lucam*, 7: *S. Ch.* 87, pp. 214-215.

(28) Origenes, *Hom. XIII in Lucam*, 6: *S. Ch.* 87, pp. 195-197.

(29) Cf. *Missale Romanum, Prex Eucaristica*, 1.

(30) Sacror. Rituum Congreg., Decr. *Quemadmodum Deus* (8 de Dezembro de 1870): *l.c.*, p. 282.

(31) *Collectio Missarum de Beata Maria Virgine*, I, « Sancta Maria de Nazareth », *Praefatio*.

(32) Exort. Apost. *Familiaris consortio* (22 de Novembro de 1981), n. 16: *AAS* 74 (1982), p. 98.

(33) Leão XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *l.c.*, pp. 177-178.

(34) Cf. Carta Enc. *Laborem exercens* (14 de Setembro de 1981), n. 9: *AAS* 73 (1981), pp. 599-600.

(35) *Ibid.*, n. 24: *l.c.*, p. 638. Os Sumos Pontífices, nos tempos mais recentes, têm apresentado constantemente S. José como « modelo » dos operários e dos trabalhadores em geral, cf., por exemplo, Leão XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *l.c.*, p. 180; Bento XV, Motu proprio *Bonum sane* (25 de Julho de 1920): l.c., pp. 314-316; Pio XII, *Alocução* (11 de Março de 1945), n. 4: *AAS* 37 (1945), p. 72; *Alocução* (1 de Maio de 1955): *AAS* 47 (1955), p. 406; João XXIII, *Radiomensagem* (1 de Maio de 1960): *AAS* 52 (1960), p. 398.

(36) Paulo VI, *Alocução* (19 de Março de 1969): *Insegnamenti*, VII (1969), p. 1268.

(37) *Ibid.*, *1.c.*, p. 1267.

(38) Cf. S. Tomás de Aquino, *Summa Theol.*, II-II ae, q. 82, a. 3, ad 2.

(39) *Ibid.*, III, q. 8, a. 1, ad 1.

(40) Pio XII, Carta Enc. *Haurietis aquas* (15 de Maio de 1956), III: *AAS* 48 (1956), pp. 329-330.(41) Cf. S. Tomás de Aquino, *Summa Theol.*, II-IIae , q. 182, a. 1, ad 3. (42) Cf. Sacror. Rituum Congreg., Decr. *Quemadmodum Deus* (8 de Dezembro de 1870): *l.c.*, p. 283.(43) *Ibid.*, *l.c.*, pp. 282-283.(44) Leão XIII, Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto

de 1889): *l.c.*, pp. 177-179.(45) Cf. Exort. Apost. pós-sinodal *Christifideles laici* (30 de Dezembro de 1988), n. 34: *AAS* 81 (1989), p. 456.(46) Const. dogm. sobre a Divina Revelação *Dei Verbum*, n. 1.(47) Paulo, *Alocução* (19 de Março de 1969): *Insegnamenti*, VII (1969), p. 1269.(48) Cf. *Missale Romanum, Collecta*; *Super oblata* in « Sollemnitate S. Joseph Sponsi B.M.V. »; e *Post commun*. in «Missa Votiva S. Joseph ».(49) Cf. Leão XIII, « Oratio ad Sanctum Josephum », contida imediatamente a seguir ao texto da Carta Enc. *Quamquam pluries* (15 de Agosto de 1889): *Leonis XIII P.M. Acta, IX* (1890), p. 183.(50) Sacror. Rituum. Congreg., Decr. *Quemadmodum Deus* (8 de Dezembro de 1870): *l.c.*, p. 282.

Copyright © Dicastero per la Comunicazione - Libreria Editrice Vaticana